

NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA ————— TELEFONES: 3713/3726/3728 ————— BISSAU

TERÇA-FEIRA

REAJUSTAMENTO — UNIDADE NACIONAL — JUSTIÇA SOCIAL

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

O ESPÍRITO DE CASSACÁ ESTÁ PRESENTE

● RIGOR E FRANQUEZA NAS INTERVENÇÕES



O I Congresso Extraordinário do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde começou ontem à tarde a debater o Relatório do camarada Presidente do CNG do Partido, João Bernardo Vieira.

Após a abertura das inscrições, 90 delegados pediram a palavra, o que ultrapassa a participação na discussão do Relatório do CSL no III Congresso, (82 delegados).

Os debates que agora se iniciaram revelaram a maturidade política dos nossos militantes eleitos como delegados ao Congresso, e foram ainda dominados pela franqueza e camaradagem. Este Congresso será de facto aqui-

lo que os militantes convictos do P.A.I.G.C. pretendem — um Congresso para o renascimento do Partido de Cabral. Todos os intervenientes manifestaram a sua esperança em que o P.A.I.G.C. emergja mais uma vez, saindo, agora, desta crise profunda em que se encontra mergulhado.

Hoje, 25 anos depois da sua fundação, o PAIGC recompõe-se e adapta-se dotando-se de estruturas nacionais. Tal como, ontem, em Cassacá, um ano depois de início da Luta Armada de Libertação Nacional, o nosso glorioso Partido avançará agora mais fortalecido porque com o prestígio recuperado continuará a ser a vanguarda do povo guineense.



**FAZER COM QUE O NOSSO PARTIDO
PERTENÇA CADA DIA MAIS
AQUELES QUE SÃO CAPAZES
DE TORNÁ-LO CADA VEZ MELHOR**

Amílcar Cabral

NESTA EDIÇÃO

● RELATÓRIO DO CNG AO CONGRESSO - II PARTE

(centrais)

UMA ESPERANÇA MILITANTE

Rostos ávidos, uma esperança militante num encontro de meditação, análise e reafirmação do PAIGC são as primeiras impressões que se poderão recolher desde o dia da abertura solene do I Congresso Extraordinário do Partido.

Nostalgia? Trata-se sobretudo de um retorno à tradicional democracia revolucionária. Por isso, em cada rosto, em cada coração, uma verdade acalentada. Os militantes delegados reencontraram a confiança no Partido, e a certeza de que a sua palavra caberá na solução e renovação do nosso PAIGC, cujos ideais permanecem no fundo de cada cidadão — criança, homem ou mulher. Nas crianças, tal convicção radica na promessa confiada no

fragor da luta, por isso, «somos os continuadores de Cabral», a tónica da mensagem lida pelo representante dos Pioneiros perdurará com firmeza no amanhã.

Na sala trocam-se sorrisos. Nos intervalos abraços. É o reencontro de camaradas que a frente de batalha e o objectivo comum uniu e o 14 de Novembro reafirmou. «Nós somos o PAIGC, porque o Partido foi criado aqui, porque se desenvolveu e afirmou-se com a nossa dedicação, e porque foi regado pelo suor e sangue do nosso povo». Esta mensagem, que se ouviu do alto da tribuna, evidencia uma realidade que as mulheres da Guiné-Bissau quiseram referir: a nossa luta

reuniu e uniu todo o nosso povo sem distinção social, cor ou sexo.

A avidez ir-se-á perdendo. O ar já começa a tornar-se mais leve. A aposta militante começa a ganhar forma, prova já a eleição da Presidência do Congresso. Vão-se reunindo as «peças» para que o Partido se constitua num instrumento sólido e coerente, contra as fraquezas e contra a negação da nossa História e de todas as nossas conquistas revolucionárias.

É a reunião magna dos militantes do Partido avidamente esperada, que já começou para fazer o reajustamento, a unidade nacional e a justiça social.

Têm a palavra os delegados

A palavra aos delegados. Militantes de vanguarda do Partido nas suas regiões, eles conhecem, melhor do que ninguém, os problemas do povo que representam e de quem souberam merecer a confiança. O «Nô Pintcha» não podia desperdiçar esta oportunidade para saber como as populações de todo o país sentiram a realização do Congresso, e de que forma as resoluções a adoptar irão influir na melhoria das condições de vida do povo. Para já, ouçamos representantes de Tombali, Oio e Biombo. Outros se seguirão.

Tombali: O PAIGC mais forte

Alfa Camará, Militante do Partido desde 1960, membro do Comité do Sector de Cacine, Responsável dos Armazéns do Povo.

«Este é de facto o Congresso dos militantes do PAIGC que foram forçados na Luta Armada de Libertação Nacional. Penso que o destino ficará agora aberto para o caminho grande que temos que percorrer. Por isso todos os militantes têm que se sentir responsáveis diante do futuro da nossa Guiné-Bissau, porque qualquer realização só é possível com a força e o trabalho de todos nós. Assim, então, tenho a certeza que este Congresso será um sucesso».

«No que respeita à nossa região, penso também que devemos reorganizar cada vez melhor o Partido para que de facto seja a força dirigente desta sociedade. A nível de Estado, temos problemas que vamos colocar neste Congresso. Referem-se essencialmente à falta de infra-estruturas (estradas e portos). Sabemos que a nossa produção é grande, mas nunca chega a Bissau a tempo, por falta de estradas e portos. Sobre o abastecimento, acho que a população deve entender que só vendendo a sua total produção ao Governo, este pode importar artigos de primeira necessidade. Enquanto isso não acontecer não podemos exigir mais».

«Quero também acrescentar que antes do 14 de Novembro o PAIGC já não tinha militantes convictos na medida em que se via, claramente, que não existia justiça social. No nosso íntimo o PAIGC vivia, mas na prática não nos sentíamos como militantes deste Partido por quantos anos lutámos. Apelo também aqui a todos os militantes para que se debrucem seriamente sobre estas questões que vão sair do Congresso, porque somos responsáveis por qualquer falha ou sucesso do PAIGC».

Augusto Gomes, Militante desde 1961, Colaborador do Comité e

Comerciante em Caboxanque.

«Na minha maneira de ver, este Congresso vai permitir que seja posto em prática aquilo que tanto ambicionamos e não viamos — justiça e progresso. Vamos ter, afinal, sossego. Mas nós todos, os cidadãos da Guiné-Bissau, temos que dar as mãos e fazer a unidade, nesta sociedade de igualdade. Tenho a certeza que existe um núcleo forte capaz de fazer do PAIGC um Partido também forte».

«Sobre a região de Tombali, conforme é a minha maneira de ver, há problemas a nível de Estado por falta de dinamização do PAIGC. Se o Partido é dinâmico, o Estado tornar-se-á logo bem orientado. Dizemos sempre na região que temos que ser fortes para podermos orientar o nosso povo».

«Quero dizer ainda que o 14 de Novembro trouxe-nos muita coisa de bom, por isso apoiamos-lo cada dia que passa. Todos achamos que se não fosse o Conselho da Revolução não seria possível o aumento de produção porque os seus membros fizeram todo o possível para adquirir os produtos de primeira necessidade. E nós trabalhamos para dar força ao CR e ao 14 de Novembro».

«Antes de terminar, quero dizer que estamos convictos de que tudo vai correr bem desde que não haja separações no seio do povo, porque esse povo que lutou durante anos e continua a lutar só ambiciona a justiça e o progresso social».

Maria Antónia, Militante do PAIGC desde 1960, Colaboradora do Comité do Partido em Cubucaré.

«Este Congresso, a meu ver, vai correr bem. O III Congresso também correu bem, só que, como se sabe, as decisões que foram tomadas na ocasião não foram postas na prática, o que veio a dar origem ao Movimento Reajustador do 14 de Novembro. As linhas de orientação foram lançadas mas ninguém as cumpriu, o que levou que o PAIGC fosse praticamente enterrado. A única coisa com que nós

não concordamos foi com a criação do PAICV em Cabo Verde, e por isso penso que este Congresso devia ser feito para que as coisas pudessem ficar mais claras e para que o PAIGC pudesse estar pronto para enfrentar uma nova fase da luta».

«Acho que devemos contar no Congresso aquilo que está a correr bem, e tudo o que fizemos neste período que

vai desde o 14 de Novembro, para que outras regiões possam seguir o exemplo. Nós sofremos durante os anos da luta e mesmo depois da independência. Por isso estamos dispostos a apoiar cada dia mais aqueles camaradas que conseguiram pôr termo a certas injustiças. E o aumento de produção agrícola na região de Tombali é uma forma de apoio».

Oio: Há temas obrigatórios

Quem sou eu? «Um simples guerrilheiro!»

Esta afirmação foi feita por Quinto Kabi Naiane, actualmente secretário para a organização do Partido na Região de Oio e chefe dos congressistas da mesma região presentes no 1.º Congresso Extraordinário do PAIGC.

Muito se poderá falar do perfil deste «simples» mas enérgico combatente, congressista... e humano.

Hoje tem 33 anos de idade «e os tempos são outros», mas já foi um gaito preocupado com a infância serena em Samba-Silate (sua tabanca natal) até ao momento do «acordo». Quinto Kabi Naiane, com aproximadamente 15 anos de idade teve consciência do que era, do que queria, e tornou-se guerrilheiro do PAIGC.



De então para cá, a marcha não parou. Foi responsável do depósito de material de guerra de uma base (localizada em Gancarnesse). Mais tarde, depois de ter sido colocado como professor, frequentou um estágio político na URSS durante 1 ano.

Após o seu regresso, assumiu as funções de responsável para a Educação a nível de sector, sendo seguidamente nomeado para o cargo de responsável

pela Educação e Saúde a nível de Região.

Em 1973, o combatente Kabi Naiane é aceite como membro do Conselho Superior da Luta e eleito, em 1975, Presidente do Comité de Partido a nível de Região. Presentemente, é secretário Regional do Partido na Região de Oio.

O PROBLEMA NÃO ESTÁ NA COR

A importância do I Congresso Extraordinário

do PAIGC foi sublinhada por este congressista da Região de Oio, dada a situação com que o Partido se depara. «É um Congresso no qual todos os militantes se vão debruçar para a procura de uma solução que se adapte à nova fase» afirmou a dado passo das suas declarações.

Um tema obrigatório é a atitude dos dirigentes de Cabo Verde, considerada por Quinto «uma posição anti-estatuária».

Dado o carácter binacional do PAIGC, o secretário para a Organização do Partido na Região de Oio sublinhou que era única e simplesmente o Congresso, o órgão idóneo, que podia decidir a dissolução do PAIGC. «Somos e Continuamos a

ser PAIGC e como tal, procuraremos estruturas capazes de dar nova vida ao Partido», reforçou.

Interrogado sobre as possíveis questões a serem levantadas pela referida Região, no Congresso Extraordinário, Quinto Naiane afirmou que os problemas surgidos seriam respeitantes ao Partido em si, visto que tais problemas não mereceram atenção no regime anterior, sendo urgente que os mesmos se esclareçam agora.

A terminar, o congressista de Oio abordou a Unidade Nacional. «É necessário um trabalho político, para que as pessoas se consciencializem de que o problema não está na cor. Sejam, pretos, brancos, mulatos, se nasceram na Guiné, são guineenses.

Biombo: Importância decisiva

Na ocasião do 1.º Congresso Extraordinário do PAIGC, tivemos a oportunidade de ouvir os camaradas Guilherme Pereira, Delegado da Educação e José Có, vice-presidente do Comité de Estado do Sector de Biombo.

Assim, o camarada Guilherme Pereira, militante desde 1962, informou-nos de que este Congresso terá uma importância capital porque afinal trata-se de um reajustamento, onde diversas questões como a unidade nacional serão debatidas para maior compreensão do povo.

Por outro lado, o camarada José Có, militante do Partido desde 1968, disse-nos que este Congresso terá grande sucesso na medida em que o PAIGC, desde a sua fundação, tem dado uma grande contribuição para a libertação do povo da Guiné e de Cabo-Verde.

Nesta ordem de ideias, a crítica dos dirigentes de Cabo Verde, terá que ser justificada pela forma como trairam o PAIGC.

Os camaradas representantes da Região do Biombo contam com todo o apoio que os dirigentes do Estado possam vir a dar a partir das resoluções do Congresso no que diz respeito aos diversos problemas que a referida região atravessa actualmente, sobretudo no campo da Educação e Cultura.

Desta forma, Guilherme Pereira apresentou-nos as inúmeras dificuldades, nomeadamente os alunos não usufruírem aquilo que o ensino lhes pode oferecer devido à falta de

transportes e alojamento sem condições, e distância do centro onde se encontram as escolas. Por essa razão os alunos emigram para Bissau ou Safim. Portanto a melhor maneira de solucionar a questão seria criar um liceu regional.

José Có referiu-se ao sector agrícola, lamentando a situação das bolanhas, muitas delas estagnadas há mais de vinte anos, invadindo assim as plantações de arroz, problema que será resolvido apenas com um número acessível de tractores, e o melhoramento de estradas, o que também impede o desenvolvimento do turismo pois cada vez que os carros se dirigem para a praia penetram nas bolanhas.

Por fim, os camaradas Guilherme Pereira e José Có salientam os esforços a serem feitos no futuro para o desenvolvimento da região do Biombo revelando o seu contentamento pelo 14 de Novembro, dia da justiça social.

Vamos reestruturar o nosso Partido — o PAIGC (3)

Segunda fase - o golpe

● Por Fidélis Almada — Membro do CSL do Partido

Uma vez reunidas todas as condições, o golpe devia ser lançado essencialmente contra o Secretário-Geral, AMÍLCAR CABRAL, ARISTIDES PEREIRA e eventualmente contra alguns caboverdeanos. Amílcar Cabral devia ser assassinado, se possível fora de Conakry. O Camarada Aristides Pereira seria poupado, preso e conduzido a Bissau para fornecer posteriormente informações sobre os segredos do Partido e sobre a situação financeira. Na confusão que se gerava deviam ser eliminados os restantes dirigentes considerados favoráveis ao Secretário-Geral Amílcar Cabral, independentemente de serem caboverdeanos ou não.

Consumado o facto e decapitado o Partido, Momo Turé à frente dos seus correligionários apresentava-se com todas as acusações previamente estudadas a fim de reivindicar o poder do Partido perante as autoridades da República da Guiné.

O golpe devia ser apresentado como uma revolta geral dos guineenses contra a « direcção caboverdeana » « absolutista » « racista e discriminatória ».

Coincidindo com o golpe e logo a seguir, os colonialistas portugueses desencadeariam grandes ofensivas militares e de propaganda política para abalar definitivamente o moral dos combatentes e militantes agora sem direcção.

Por outro lado essas ofensivas teriam por objectivo recuperar bolanhas para garantir uma certa exportação do arroz, facto que daria a impressão de que a guerra estava sendo ganha pelos colonialistas portugueses.

Colocadas perante o facto consumado, as autoridades da República da Guiné não teriam outro remédio senão apoiar os conspiradores. De modo elas seriam acusadas pela Organização da UNIDADE AFRICANA e pela opinião pública mundial de trair e contribuir ao desmoronamento de um movimento de libertação nacional tão avançado como o PAIGC. Portanto no entender dos colonialistas, não havia dúvidas quanto ao apoio dessas autoridades.

Momo Turé seria assim investido no poder do PAIGC, tratava de conseguir a adesão dos combatentes e responsáveis do interior que, privados de uma retaguarda tão importante como a República da Guiné, seriam forçados a reconhecer a sua autoridade. Esperava conseguir facilmente o apoio dos comandantes militares, que seriam incluídos na nova Direcção do Partido sem caboverdeanos.

Nesta fase a FUL, dirigida por Rafael Barbosa em Bissau, sairia da sua « clandestinidade » para propôr negociações com o PAIGC tendo em vista uma fusão das duas organizações já que defendiam os mesmos princípios. Momo Turé devia facilitar essa fusão na sua qualidade de membro dirigente dos dois partidos. O elemento decisivo a evocar nessas negociações seria a garantia dada pelos colonialistas portugueses de conceder a « independência » da Guiné logo após essa fusão.

Só então Portugal anunciaria a sua intenção de « negociar » com os africanos a « autonomia e independência da Guiné debaixo da bandeira portuguesa ». Portanto negócio absolutamente interno.

As negociações com Portugal teriam por objectivo a cessação do fogo, o fim das hostilidades e o desarmamento dos combatentes do PAIGC, tudo isto em Bissau, entre « portugueses ».

Aos colonialistas tucas interessava sobretudo o desarmamento dos combatentes do PAIGC, única força organizada que lhes dava reais preocupações.

Segundo Aristides Barbosa a verdadeira intenção dos colonialistas portugueses era enganar os dois lados, facto aliás de que estávamos conscientes. Portugal não podia falar da independência da Guiné sob pena de ser obrigado a falar também da independência de Angola e Moçambique.

Por isso pretendia utilizar os dois partidos para acabar com a guerra na Guiné. Se conseguissem todos os objectivos almejados com o complot, os colonialistas portugueses começavam por desarmar os combatentes do PAIGC; em seguida desarmavam os seus comandos africanos evocando o fim da guerra; reforçavam a sua guarnição militar vinda da Metrópole em toda a Guiné e, finalmente, prendiam todos os dirigentes da FUL em Bissau.

Senhor da situação, Portugal apresentava-se perante os seus aliados com o prestígio de ser o único País vencedor da guerrilha nos nossos tempos. Provava deste modo aos seus aliados que era possível derrotar uma organização guerrilheira por mais forte que ela fosse na aparência. Assegurada a confiança dos seus aliados com o exemplo da Guiné, Portugal pediria então um aumento maciço da ajuda para prosseguir a sua guerra colonial em Angola e Moçambique.

Este era o sonho do velho e maquiavélico general Spínola. Para a sua realização contava com o apoio e participação activa do seu amigo Rafael Barbosa que entretanto havia já pregado o seu sermão de fidelidade a Portugal que incluía a promessa de ser tão português como o general Spínola.

O desaparecimento de Amílcar Cabral foi de facto um rude golpe que nos assentou o colonialismo português. Em vida do nosso grande líder não teria havido razões para um 14 de Novembro.

Podemos portanto afirmar que a crise actual do PAIGC é uma consequência directa do crime de Janeiro de 1973 que vitimou Amílcar Cabral.

Com efeito após a eliminação de Amílcar Cabral se efectivamente conseguimos por um lado, impôr ao inimigo uma retumbante derrota militar o Partido tinha, por outro lado, perdido para sempre o seu chefe inigualável, aquele que soube sempre praticar uma política correcta em estrita obediência aos princípios orientadores do PAIGC.



A crise actual do PAIGC é consequência do assassinato de Cabral

É que a partir desse momento foi adoptada progressivamente pela direcção superior do Partido, sobretudo na Guiné, uma política pessoalista e de protecção aos fieis correligionários. Contrariamente à política de Cabral, para a frente já não iam os melhores filhos, aqueles que tivessem demonstrado uma sólida formação ideológica posta ao serviço do povo ou aqueles que tinham dado provas de inegável capacidade de realização na presente fase de reconstrução nacional. Pelo contrário, os órgãos da di-

recção superior do Partido começaram a ser dominados por mediocres e incapazes, cujos únicos méritos consistiam no apoio enérgico e sistemático ao chefe seja qual fôr a posição por este adoptado. Digam-se de passagem que a incapacidade de alguns desses dirigentes era de conhecimento público e era comentada à boca pequena por muitos militantes.

Claro que todos esses factos aliados às críticas violentas doseadas de ameaças e dirigidas em reuniões do Partido, a todos aqueles que ousassem discordar dos chefes, só poderiam conduzir ao abandono dos princípios do centralismo democrático e da direcção colectiva, abandono que caracterizou o período imediatamente anterior ao 14 de Novembro.

O desvio desses princípios bem depressa vai possibilitar uma progressiva concentração de poderes nas mãos de poucos camaradas que aproveitam a oportunidade para consolidar, por sua vez, a posição dos seus « incondicionais ».

No domínio da administração esta política vai dar origem a uma gestão não planificada dos negócios públicos, gestão baseada simplesmente em caprichos ou intuições de momento.

Na aparência todos os Camaradas estavam amordaçados, pois tudo era aprovado por « unanimidade » enquanto que os descontentes aumentavam na proporção directa das prepotências.

Não havia mais possibilidades de manifestação de quaisquer discordâncias sob pena de um autêntico « esmagamento » verbal por parte do chefe e seus incondicionais e o consequente « isolamento » do autor da discordância.

Fortes dessa concentração de poderes, muitas das suas decisões deixaram bem depressa de ser sequer do conhecimento dos membros dos órgãos partidários ou mesmo do Governo. A distribuição de patentes nas Forças Armadas foi utilizada para contrabalançar o poder de alguns grandes chefes tradicionais da luta que se viram com a mesma patente dos seus antigos subordinados.

Finalmente uma tentativa de legalização dessa concentração de poder, ao nível da Constituição, foi devidamente organizada e orquestrada.

Embora constitua uma flagrante disparidade em relação à mesma matéria consagrada na Constituição de Cabo Verde, essa tentativa de concentração de poderes e todas as anomalias que atrás foram ditas eram do conhecimento de todos os dirigentes e passaram nas mais altas instâncias do Partido sem a mínima oposição por parte de qualquer dos seus membros (guineenses ou caboverdeanos). Assim, o antigo Secretário Geral, camarada Aristides Pereira no seu relatório apresentado à segunda reunião ordinária do Conselho Superior da Luta de 11 a 15 de Junho de 1980, depois de se referir a « fenómenos graves como a irresponsabilidade, a tolerância face aos erros, à improvisações como método de trabalho, à fuga às orientações do Partido » etc. disse: « A fraqueza de que vimos falando ainda se manifesta por outras formas tais como o amiguismo, o nepotismo, a ostentação e a ambição pessoal, numa demonstração de clara subordinação do interesse colectivo ao proveito próprio ».

Estas são referências que não podiam ter sido dirigidas senão ao Ex-principal responsável do Partido e do Governo da República da Guiné-Bissau, camarada Luiz Cabral. Só que faltava ao Ex-primeiro responsável do PAIGC a coragem política necessária para suscitar a discussão directa dos assuntos por ele levantados e, numa prática social crítica e autocrítica, tomar-se uma decisão firme salvando desta maneira a integridade do Partido.

Jornalistas estrangeiros em Bissau

Encontram-se na Guiné-Bissau algumas dezenas de jornalistas estrangeiros, de agências de informação, revistas e jornais africanos, europeus asiáticos e latino-americanos, para fazer a cobertura do I Congresso Extraordinário do P.A. I.G.C.

Além das sessões de abertura e encerramento a que os nossos colegas podem assistir e de « briefings » que em princípio serão dados pelo porta-voz do Conselho da Revolução, camarada Mário Cabral, foi elaborado um programa de visitas que decorrerá

até ao próximo dia 16.

Assim os jornalistas estrangeiros visitarão o Centro de Documentação Amílcar Cabral do Ministério da Coordenação Económica e Planeamento, o Complexo Agro-Industrial de Cumeré, a Cicer,

a Semapesca, o Projecto de Extensão Rural de Bachile, o Centro Artístico Juvenil e a Casa da Cultura.

Está previsto igualmente, no final dos trabalhos do Congresso uma Conferência de Imprensa além de um sarau cultural.

Relatório do CNG do P ao 1.º Congresso Extraordi

Camaradas Congressistas

Distintos convidados

Neste ponto da nossa exposição sobre o passado do Partido queremos debruçarmo-nos na análise de um princípio do PAIGC, o da unidade Guiné/Cabo Verde, que terá sido daqueles que mereceram maior atenção e crítica por parte tanto dos nossos militantes como dos nossos compatriotas e mesmo de estrangeiros.

O princípio da Unidade Guiné/Cabo Verde não é um princípio meramente teórico traduzindo apenas uma opção ideológica. Com um conteúdo político virado para o desenvolvimento dos dois países, esse princípio é o reflexo de uma situação concreta de relacionamento histórico entre os dois povos.

Com efeito ao longo dos cinco séculos desse relacionamento, a unidade tem sido uma constante, embora com características diferentes, consoante o momento histórico:

— Unidade étnico-cultural durante o povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, cuja componente largamente maioritária provinha da Guiné;

— Unidade de experiências vividas sob a opressão colonial. Durante vários séculos a Guiné e Cabo Verde constituíram uma só colónia, e mesmo quando o seu desenvolvimento como colónias se fez separadamente, continuou a verificar-se uma complementaridade sócio-económica;

— Unidade consciente no seio do Partido, consolidada pela longa e heróica luta comum de libertação nacional conduzida pelo PAIGC, que libertou os dois países.

A criação do Partido por Guineenses e Caboverdianos veio pôr o problema da unidade em bases novas, tendo em conta o momento histórico que se vivia nessa altura — a luta pela emancipação dos povos africanos — a unidade impôs-se como uma das condições essenciais para o triunfo dessa mesma luta.

Partindo da análise das nossas realidades históricas e também de que a unidade é uma exigência da luta dos povos pela sua libertação, Amílcar Cabral teve a lúcida visão de inscrever a opção da unidade como um dos princípios de base da nossa organização partidária e portanto da luta pela libertação e progresso dos nossos povos. Com efeito a unidade tem-se revelado quase sempre como um factor de progresso, enquanto que a divisão tem sido normalmente um instrumento de dominação.

Assim, Cabral postula a necessidade (e a nossa luta confirmou a sua justeza na prática) de se fazer a unidade na Guiné, a unidade em Cabo Verde e finalmente a unidade Guiné-Cabo Verde, sempre baseado na vontade popular livremente expressa.

Ao consagrar o princípio da unidade, este é concebido numa perspectiva dinâmica que pressupõe a existência de semelhanças, mas também de diferenças entre os dois povos e países.

Se é certo que a unidade pressupõe diferenças entre as partes, não é menos evidente que para ser uma força, a sua formação político-jurídica deve ser precedida da materialização gradual e progressiva de formas de cooperação através de relações de intercâmbio e complementaridade.

Para além dos factores históricos, étnicos, culturais e outros que podem fundamentar a associação de dois ou mais povos, é necessário existir um conjunto de interesses comuns conscientemente definidos e livremente aceites, para que a unidade se materialize. É necessário portanto que os povos tenham a consciência da necessidade da unidade e que essa consciência se desenvolva ao longo de todo o processo da sua criação.

Esta concepção dinâmica da unidade pressupõe um processo de desenvolvimento complementar e uma estrita coordenação a nível das estruturas do poder, no quadro de uma estratégia comum.

A estratégia de desenvolvimento complementar dos dois países, foi traçada pelo III Congresso. As

instituições que deveriam velar pelo cumprimento dessa estratégia (O Conselho da Unidade e a Conferência Intergovernamental) foram criadas, mas os resultados palpáveis das suas acções no sentido da unidade foram extremamente modestos, quase nulos por falta de vontade política consubstanciada num nacionalismo estreito de alguns altos dirigentes caboverdianos e devido ainda à incapacidade do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto, de combater tal tendência. O Conselho da Unidade que deveria ser o garante da unidade nunca se reuniu.

Não foi portanto o 14 de Novembro, como pretende a direcção caboverdiana, que deu o golpe à unidade. A verdade é que na prática ela não estava a ser levada a cabo e os dois países iam-se tornando cada vez mais independentes, mais diferenciados, com estruturas e orientações políticas muitas vezes divergentes.

O PAIGC, no seio do qual se cimentara a unidade forjada na luta comum pela independência, constituía a garantia fundamental do processo da unidade dos dois países. No entanto, após a independência e no quadro dos desvios de certos grupos que sobrepunham os seus interesses e ambições pessoais ao cumprimento dos princípios e objectivos do Partido, começou a pôr-se no seio do PAIGC a questão da nacionalidade sobrepondo-se ao mérito e à capacidade objectiva dos militantes.

É assim que assistimos no III Congresso, sob proposta da Direcção, à eleição de militantes para os órgãos superiores do Partido, (Conselho Superior da Luta, Comité Executivo da Luta e Comissão Permanente), tendo em conta apenas, ou quase, a sua nacionalidade de que beneficiou a parte caboverdiana. É desta forma também que posteriormente ao Congresso, e num órgão que não tinha atribuições nem mandato do Congresso, o CSL, assistimos a mudanças importantes na hierarquia do CEL e da CP, mudanças essas injustificáveis e inaceitáveis que tiveram como base a nacionalidade deste ou daquele dirigente.

Todas estas acções, levaram os Conselhos Nacionais, o CNG e o CNCV a constituírem-se em organismos cada vez mais independentes e separados, na medida em que os órgãos supranacionais começaram a sofrer a acção corrosiva de um certo nacionalismo de dirigentes que boicotavam nesses órgãos a discussão dos aspectos fundamentais da unidade.

Podemos afirmar que, apesar de conservar algumas formas (aparentes), a Unidade foi-se esvaziando de conteúdo, ao considerar-se esse assunto um dogma e um tabú no seio do PAIGC especialmente na Guiné.

Como consequências da situação assim descrita assistimos à adopção de posições divergentes em matéria de política externa dos dois Estados, diferenças flagrantes de política interna e na aplicação de leis muito semelhantes, entraves de toda a ordem nas relações económicas e comerciais em que se defenderam por vezes intransigentemente interesses secundários, sem olhar para os objectivos principais do PAIGC, sem ter em conta os interesses supremos dos dois Povos e dos dois Países, que exigia, para a materialização da unidade, o estabelecimento de acções complementares em especial no domínio económico.

Em conclusão podemos afirmar que o princípio da unidade não pode e nem poderá ser letra morta para o PAIGC. No entanto ele terá que ser fundado em bases sólidas e sãs, tal como o preconizou o Fundador das Nacionalidades Guineense e Caboverdiana.

CAPÍTULO III

DO 14 DE NOVEMBRO AO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

A política demagógica implantada pelo grupo de Luiz Cabral ia conduzindo o PAIGC na Guiné a deixar de ser a força política dirigente da sociedade, esvaziando-o do seu conteúdo ideológico, da sua essência como porta-voz dos anseios e interesses das massas populares e destruindo-o como instrumento fundamental do nosso povo para a construção na nossa terra de uma sociedade feliz e progressista, livre e democrática, onde reinasse a paz e a justiça social.

Contra isto levantou-se, na noite histórica do 14 de Novembro, um grupo de militantes que, na base de um Movimento Reajustador e com a adesão total e incondicional das nossas Forças Armadas, braço armado do Partido, utilizou a única via — a via armada — capaz de reconduzir o Partido no caminho traçado por Cabral instituindo o Conselho da Revolução que assumiu todos os poderes com vista a salvar o PAIGC de uma possível desintegração e com o objectivo de fazer observar os seus princípios e programas, de dotar o país de uma governação capaz de defender realmente os interesses superiores do nosso povo.

O acto heróico do 14 de Novembro foi realizado apenas por militantes sérios, honestos e forjados na escola do PAIGC, que desde a primeira hora consentiram sacrifícios pela causa da libertação do País pelo cumprimento dos princípios consagrados do Partido. O Conselho da Revolução, uma emanção do Partido e não uma instituição estranha, política, organizativa e ideologicamente ao PAIGC, esclareceu os objectivos do Movimento e reafirmou que as estruturas e a base ideológica do PAIGC seriam mantidas sujeitas apenas à dialéctica interna de um processo revolucionário.

Em observância estrita à disciplina partidária, o Conselho da Revolução, através do seu Presidente, em telegramas enviados ao então Secretário-Geral do PAIGC, procurou esclarecer as causas do Movimento e reiterar a sua fidelidade e adesão total ao glorioso Partido de Cabral.

Assim, no seu primeiro telegrama, o Conselho da Revolução dizia «que a grave crise que se criou durante os últimos tempos, cujo desfecho era imprevisível e capaz de provocar consequências irreparáveis, tendo em causa a nossa revolução, os objectivos e a linha de pensamento do nosso saudoso Amílcar Cabral» e levou e tomar as medidas que a situação impunha, mas que todos permanecíamos fiéis aos princípios, linha e objectivos traçados pelo saudoso Comandante Amílcar Cabral e expressávamos a nossa firme determinação de continuar a desenrolar os laços históricos que unem os nossos dois povos.

Tal posição era a afirmação concreta da nossa firme vontade de manter a integridade do PAIGC e discutir no seu seio os antecedentes e as causas do Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

Dessa troca de correspondência notava-se cada vez mais a intransigência do então Secretário-Geral de se engajar numa discussão capaz de levar a uma solução no quadro partidário.

Em contrapartida, assistimos a toda série de acções tais como:

— Tomada imediata de posição contra o Movimento Reajustador levando o Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC e o Governo a adoptarem posições semelhantes;

— Tentativa de mobilização de alguns países africanos, com envio de mensagens a cerca de 20 chefes de Estado, e da opinião pública mundial com vista ao nosso isolamento e a prejudicar as nossas relações internacionais; tentativa de obter dos países de expressão portuguesa a condenação «a priori» por parte dos chefes de Estado da Cimeira de Luanda.

— Desencadeamento de uma campanha no sentido de convencer a opinião pública mundial de que o racismo e o nacionalismo estreito foram as causas principais que motivaram a acção do Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

Não obstante, a nossa acção continuou no caminho certo de buscar uma solução no quadro do nosso glorioso partido, o PAIGC, que, fundado há 25 anos no nosso país lutou e venceu, o colonialismo português criando dois Estados africanos independentes e soberanos, senhores dos seus destinos e geradores da sua própria história.

Perante uma impossibilidade de diálogo com vista ao funcionamento do PAIGC binacional continuou

PAIGC

Relatório (2)

nos o nosso caminho, no cumprimento dos ideais por que lutaram os nossos heróis e mártires. A situação exigia que se procedesse à reactivação partidária o que implicava a necessidade de uma remobilização e clarificação dos militantes. Exigia igualmente que fossem esclarecidas as causas do Movimento Reajustador do 14 de Novembro e as possíveis consequências do mesmo, face à intransigência da Direcção caboverdiana encabeçada por Aristides Pereira.

Foi neste contexto que, começando pelo grandioso meeting realizado na Praça dos Heróis Nacionais em Bissau a 21 de Novembro de 1980, desenrolaram-se em todo o país inúmeras reuniões de esclarecimento, ao nível do Partido e das organizações de massa com vista à mobilização do nosso povo para as tarefas do reajustamento e da reconstrução nacional.

De entre estas reuniões há a destacar a 1.ª reunião extraordinária do CNG, de 15 a 18 de Janeiro de 1981, na qual se analisaram as principais causas de ordem política, económica e social que levaram ao glorioso Movimento Reajustador a pôr termo à situação de crise do Partido. Nesta reunião tomaram-se, entre outras, as seguintes decisões:

— o envio de uma delegação partidária a Cabo Verde com o objectivo de tentar demover o Secretário-Geral das suas posições incorrectas;

— reconstituir, com a máxima urgência, os órgãos do Partido no país tendo em vista a dinamização efectiva da vida partidária por forma a permitir que o PAIGC retome a sua função de enquadrador, mobilizador e organizador das massas populares para a grande obra da reconstrução nacional;

— adoptar medidas adequadas para o reestabelecimento dos princípios de Democracia revolucionária e do centralismo democrático, da Direcção colectiva, da crítica e autocritica, evitando-se a deterioração das relações partidárias e das relações entre os militantes;

— e, reorganizar e dinamizar as organizações de massas para que possam desempenhar cabalmente as suas funções de principais auxiliares do Partido na veiculação da sua ideologia, enquadramento e mobilização das massas populares.

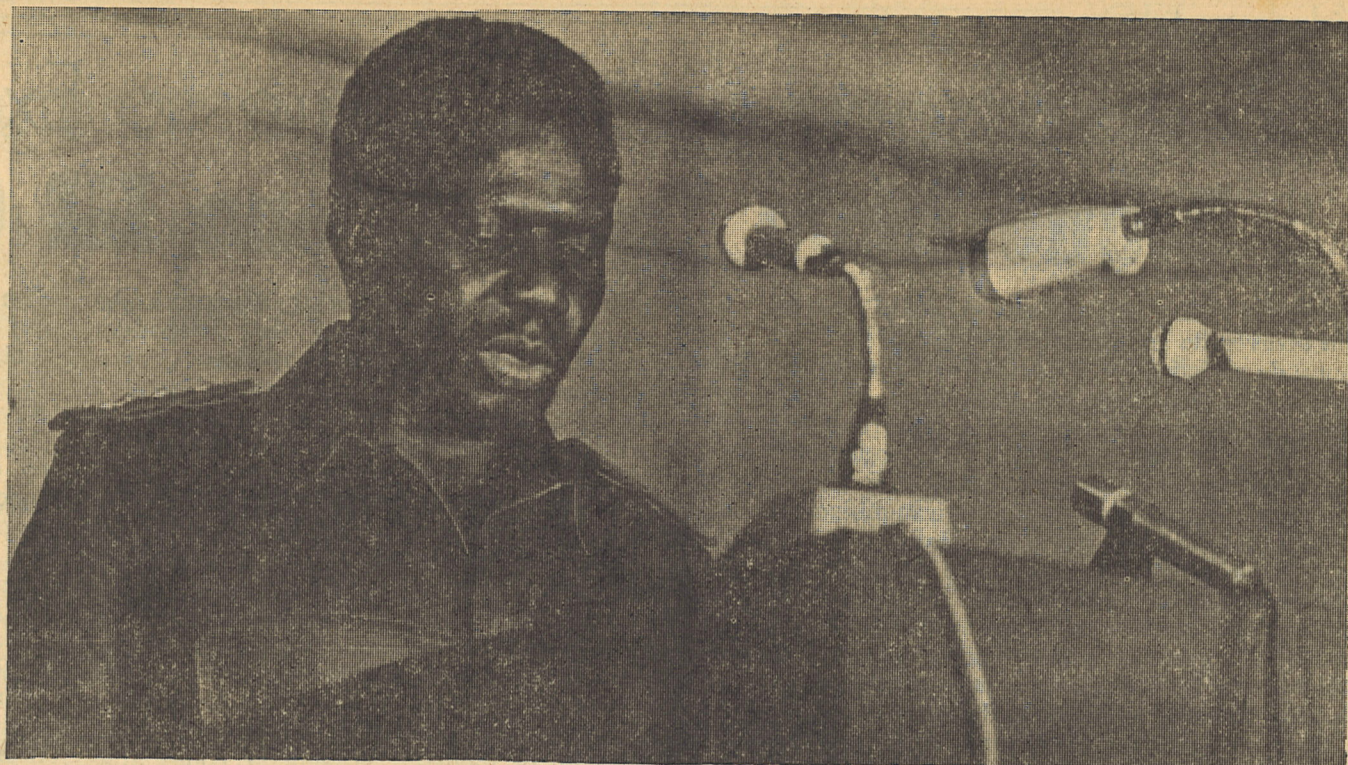
Enquanto se preparava para dar cumprimento ao primeiro ponto das decisões referidas — envio da delegação a Cabo Verde — o PAIGC sofreu um duro golpe com a criação do PAICV e a consequente separação da ala caboverdiana, a 20 de Janeiro.

Com essa decisão impensada e precipitada da Direcção caboverdiana, cavava-se o fosso entre os dois ramos do PAIGC. Como última tentativa de chamar à razão os militantes de Cabo Verde para a gravidade da sua atitude fraccionista, o Comité Permanente do CNG reunido de urgência, decide enviar um telegrama acompanhado duma resolução ao então Secretário-Geral pedindo-lhe a convocação de um Congresso extraordinário do PAIGC, único órgão com competência para analisar e tomar as medidas que a situação impunha.

Os nossos esforços não tiveram qualquer sucesso: a intransigência continuava a ser a nota dominante, levando a que nos documentos enviados a partir de 16/12/1980 se fosse ao extremo de suprimir o termo camarada para usar em sua substituição o de Excepcionalidade.

Decidimos, então, convocar a segunda sessão extraordinária do CNG para debater a crise do Partido, adaptá-lo aos condicionamentos do momento e sobretudo, para fazer com que o PAIGC continuasse a ser força, luz e guia do nosso povo.

Importantíssimas decisões emanaram dessa reunião: desde a reafirmação e continuidade do PAIGC como único partido na Guiné-Bissau, passando pelo fortalecimento da sua unidade e coesão, observância dos seus já consagrados princípios, apoio incondicional à política da unidade nacional e da concórdia nacional proclamadas pelo Conselho da Revolução, reconhecimento do papel importante das organizações de massas no processo histórico da independência e



O camarada Nino Vieira no momento em que apresentava o Relatório do CNG ao Congresso

da reconstrução nacional, até à convocação de um congresso extraordinário. Sendo a preocupação fundamental do CNG preservar a ideologia e o essencial do programa do PAIGC, assegurar o funcionamento das estruturas partidárias a diferentes níveis e criar as condições para que o Partido agora revestido de carácter nacional, possa efectivamente exercer a sua missão, a reactivação da vida partidária não podia deixar de ser a sua tarefa principal.

Muitas das acções previstas nas recomendações emanadas da Resolução Geral da reunião de Janeiro deste ano, foram devidamente observadas tais como as relativas à periodicidade das reuniões do Secretariado do CNG e ao preenchimento de algumas vagas deste órgão a fim de se lhe dar maior eficácia. Por outro lado, procedeu-se à realização de Assembleias Regionais, foram eleitos os Comités de base em toda a extensão do território nacional, efectuou-se pela primeira vez uma Conferência Nacional das FARP e desencadeou-se uma intensa campanha político-ideológica, primeiro à base dos documentos saídos na 1.ª e 2.ª reuniões extraordinárias do CNG e depois à base da discussão dos anteprojectos das teses, dos estatutos e o programa do PAIGC, o que permitiu o seu enriquecimento.

Tendo-se procedido a uma análise crítica do nosso desenvolvimento económico no período post-independência constatou-se que a não aplicação rigorosa da estratégia de desenvolvimento definida pelo III Congresso do Partido conduziu a erros e deficiências administrativas; dificultou as relações entre Departamentos; impediu muitas vezes uma coordenação necessária das suas actividades e uma gestão sã; levou a tomadas de decisão unilaterais; deu lugar, umas vezes a burocratismos desnecessários, outras, a negligências imperdoáveis; e provocou decisões precipitadas que foram algumas vezes o fruto do espírito de amiguismo, de nepotismo e de complacência, que vieram agravar as carências e deficiências iniciais. Constituímos igualmente uma delegação para representar a República da Guiné-Bissau e propôr as medidas pertinentes na Assembleia Geral da Naguicave, empresa mista supranacional de navegação marítima que teve lugar em Cabo Verde.

A este propósito devemos informar os camaradas congressistas que além do que foi oportunamente divulgado nos órgãos de comunicação social durante as sessões de trabalho da Assembleia Geral da Naguicave, o Governo de Cabo Verde, assumindo uma atitude incorrecta e hostil e dando instruções constantes e precisas aos seus delegados, manobrou essa Assembleia no sentido de uma extinção da empresa, que lesasse manifestamente os legítimos interesses da Guiné-Bissau.

Aliás, toda a história da Naguicave, demonstra a pouca seriedade com que eram tratados os problemas relativos à materialização da Unidade Guiné/Cabo Verde. Tudo isto não poderá deixar de ficar registado no pesado «dossier» da desastrosa gestão de Luiz Cabral.

Por isso no campo económico, simultaneamente com as acções no domínio político, para obviar os males causados pela ruínoza gestão anterior e relançar a nossa economia, decidiu o Conselho da Revolução constituir seis comissões de carácter consultivo por forma a permitir tomadas de medidas necessárias e oportunas. Foram igualmente criadas comissões de auditoria às principais empresas estatais e de eco-

nomia mista, como os Armazéns do Povo, o Complexo Agro-Industrial de Cumeré, a Socotram, a Dicol, a Cicer e a Lia.

Em Fevereiro do corrente ano, o Conselho da Revolução deu posse a um Governo Provisório, órgão de execução da política geral do Estado e da Nação, que pela primeira vez na nossa história, apresentou o seu programa contendo as linhas mestras de toda a sua acção, enquadrada na estratégia de desenvolvimento preconizada pelo III Congresso do PAIGC.

Nesse Programa foi reafirmada a total prioridade à agricultura e preconizada a sua articulação com a indústria e o sector de serviços, em particular o comércio, de modo a beneficiar sobretudo a população camponesa e responder ao conjunto dos problemas económicos e financeiros.

Dentre os objectivos inseridos no Programa do Governo Provisório destacaremos os seguintes:

No domínio económico

— Melhorar as condições de vida do nosso povo, assegurando a satisfação gradual das suas necessidades essenciais e corrigindo a distribuição de rendimento;

— Controlo e gestão planificada da economia;

— Restabelecer os equilíbrios económico-financeiros indispensáveis à recuperação da actividade económica;

— Política de austeridade;

— Consolidação das estruturas produtivas e expansão da produção;

— Criação de infra-estruturas económicas necessárias ao desenvolvimento;

— Aproveitamento e máxima utilização dos nossos recursos naturais;

— Incentivo e apoio às iniciativas populares;

— Estímulo às iniciativas privadas;

— Formação de quadros;

— Luta por uma nova ordem Económica Internacional.

No âmbito do cumprimento do preconizado, entre outras acções, foram elaborados o programa de estabilização económica e financeira; o orçamento de investimentos, o documento sobre a «revisão da política salarial nas empresas» e procedeu-se a reavaliação de alguns projectos com vista a sua melhor inserção na «recuperação» sócio-económica do país.

No domínio sócio-cultural

O objectivo neste domínio visa a melhoria radical das condições de vida e de trabalho das massas populares, na constante elevação do seu nível material e cultural, através de medidas que conduzem ao combate ao analfabetismo, ao desenvolvimento das pesquisas sócio-linguísticas, à diversificação do ensino; à prevenção de doenças e promoção da saúde sobretudo pela criação de serviços periféricos e ao abastecimento regular em medicamentos essenciais; e ainda ao incremento ao sector habitacional nomeadamente através da promoção da autoconstrução utilizando em especial técnicas e materiais locais.

Um largo caminho se abre ao Governo, ao Conselho da Revolução e ao Partido na condução da vida nacional no quadro da realização do Programa do PAIGC.

De Cassacá ao 1.º Congresso Extraordinário

O que ficou "adiado" no III Congresso

De entre várias vitórias que o nosso povo alcançou através do seu instrumento político e força dirigente da sociedade — o PAIGC — o III Congresso do Partido, realizado em Novembro de 1977, constitui um passo decisivo para a materialização dos objectivos do Partido de Cabral na consecução das metas traçadas no Programa Maior. Não era por simples acaso que este acontecimento mobilizou as energias de todo o nosso povo, de todos os patriotas tanto na Guiné como em Cabo Verde. Ia medir-se a temperatura interna e provar a justeza dos princípios que sempre nortearam a longa etapa heróica e, por outro lado, granjear a simpatia de quantos cidadãos nossos que responderiam, nos centros urbanos, com firmeza, às palavras de ordem do P.A.I.G.C.. Será que alguma coisa teria ficado adiada? Não nos cabe dar a resposta, vamos sim tentar fazer uma leitura militante e crítica do acontecimento.

Tinham passado cerca de dois anos após a entrada triunfal do PAIGC em Bissau quando se reunia o III Congresso, que adoptara o lema de «Congresso da Independência para a Unidade e Desenvolvimento», que resumia no essencial as linhas mestras que iriam orientar a sua realização.

Era preciso readaptar o Partido à nova realidade emergida da libertação total dos dois países e, consequentemente, traçar as premissas para o desenvolvimento económico e sócio-cultural. Mas fundamentalmente esperava-se que dele saíssem orientações precisas para a construção ou realização da unidade de Guiné-Cabo Verde.

Coube a este Congresso o grande mérito de, através da análise correcta à situação política nos dois países, delinear de uma forma clara a linha política e económica que os Estados independentes da Guiné e Cabo Verde deveriam adoptar para a reconstrução nacional e construção de uma economia nacional independente, e ainda para a efectivação da complementaridade entre as duas nações irmãs. Assim, proclamando a necessidade imperiosa

de liquidar as sequelas económicas e sociais da dominação colonial, o Congresso estabeleceu prioridades na realização das tarefas que então indicara para a etapa que se seguia. A agricultura foi considerada o sector prioritário, com base na constatação de que «é tradicionalmente o meio ambiente em que vive e trabalha o grosso da nossa população».

«A agricultura será, pois, a nossa primeira prioridade e servirá de base para o desenvolvimento do país nesta fase de transição, devendo permitir a necessária acumulação de riqueza para o lançamento, no futuro, da própria industrialização». Esta frase, que de modo algum pode ser considerada como enfática na caracterização do papel daquele sector no desenvolvimento, veio reforçar o alerta há muito lançado pelo nosso saudoso líder camarada Amílcar Cabral num dos seus trabalhos sobre o ramo agrícola na Guiné-Bissau.

Esta e outras deliberações do III Congresso do Partido formaram um leque de opções sobre aquilo que deverá ser entendido como desenvolvimento económico

em função dos diversos sectores de actividade, e demonstram o papel dirigente do Partido na arbitragem do nosso modelo de evolução de acordo com o projecto político que abraçamos. Uma das características essenciais dos Estados africanos, e designadamente do nosso país, é possuir uma economia débil, o que muitas vezes provoca recessão, no processo de ruptura com os mode-

pulado? Pergunta algo difícil de responder. Mas podemos citar só um caso para ilustrar o perigo em que já se incorrih, relativamente à questão atrás colocada: enquanto se proclamava em discursos que se devia dar prioridade ao sector agrícola, via-se na prática o contrário. Paralelamente podemos mencionar outros casos como, por exemplo, a realização de projectos de facha, como, aliás,

sem dúvida o nepotismo e a aplicação incorrecta do princípio de Democracia Nacional Revolucionária e do Centralismo Democrático, que deu lugar à ostentação e o acarinhamento do individualismo.

Isto levaria a que ideias ambiciosas assaltassem o poder que, a pouco e pouco, se ia afundando sob o olhar crítico e severo dos militantes: não se conseguia reunir um número considerável de povo para reuniões, comícios ou manifestações. Esta etapa, que revelara a crise partidária, criou a apatia dos militantes e a indiferença de sectores moderados, dando possibilidades de argumentação ou actuação a grupos anti-PAIGC. Provam-no as eleições em que, em algumas áreas, a população votou «Não», cansada de se nutrir de ideias, manifestando deste modo o seu descontentamento pela forma como se estavam a conduzir os destinos do nosso povo.

Tal situação reflectia a própria radiografia do Partido no seu todo e a nível da cúpula. Notava-se a heterogeneidade de opiniões dos responsáveis acerca de muitas questões e muitas vezes até argumentos faltavam para justificar determinadas posições. Era o isolamento do PAIGC.

Sem nos determos em outros pormenores, seria bom recordarmos que no sul do país houve, durante o regime anterior, manifestações contra o poder. O destino de alguns desses militantes continua ainda por averiguar.

Seria de esperar uma autocritica por parte do poder? É neste contexto que o 14 de Novem-

bro surgiu, e perfeitamente alicerçado no apoio de amplas massas, que depositam confiança no Partido.

A importância política do III Congresso assestavava sobretudo na discussão das formas e orientações que deviam reger a construção da Unidade entre os dois Estados e, por conseguinte, uma das questões a merecer a atenção daquela reunião magna. Terá sido adiada? Eis uma questão que deve ser vista, pois continuava a ser um dos pontos mais delicados cuja responsabilidade pode ser imputada, de uma forma geral, a esta geração. O adiamento deste princípio sagrado ficou-se a dever à ala caboverdiana, com a criação do PAICV.

Nunca é tarde para atentarmos numa questão de que o III Congresso «adiou» a discussão. A propósito, este tema veio à superfície mas o seu debate foi logo sacudido por manobras orquestradas por um dos responsáveis ao afirmar que a unidade já existia, apontando para a mesa da presidência.

Nas suas resoluções, o Congresso reafirmaria o princípio da unidade como um elemento da própria essência do PAIGC, apontando que a sua construção devia ser precedida de uma vivência comum dos dois povos, justificada pela necessidade de fortalecer as suas bases materiais, sociais e culturais e de consciencializar as massas populares da justeza desse princípio, para que elas o adoptassem e defendessem. Mas na prática, essas linhas mestras não foram convenientemente aplicadas.



O III Congresso determinou que a agricultura era prioritária. Eis uma decisão nunca levada à prática

los herdados de um colonialismo retrógrado. Este mal, que só pode ser ultrapassado com a promoção de uma planificação organizada do nosso trabalho, e que foi correctamente diagnosticado no Congresso, liga-se, de certo modo, com a «colonização das mentalidades» das nossas gentes. O que implica um controle rigoroso, para se evitar que as orientações venham a reduzir-se a simples letras mortas.

Neste contexto podemos perguntar: terá o trabalho desenvolvido correspondido na medida do possível ao esti-

foi diversas vezes referido pelo Conselho da Revolução.

Muitos outros aspectos do histórico Congresso mereceriam menção nestas linhas.

INDIFERENÇA E NEPOTISMO

O corolário da situação de relativa apatia ou indiferença de alguns responsáveis do Partido em relação ao dia a dia do PAIGC, para que o III Congresso apontou «remédio» de cura e a última reunião do Conselho Superior de Luta acabaria por focar de uma forma clara, foi

À margem do Congresso

SELOS ALUSIVOS

Encontram-se à venda tanto nos balcões dos Correios como na entrada do Salão do III Congresso, em Bissau, selos, envelopes e bilhetes postais alusivos ao I Congresso Extraordinário do PAIGC e ao primeiro aniversário do Movimento Reajustador do 14 de Novembro, emitidos pela Secretaria de Estado dos Correios e Telecomunicações.

O selos agora postos à venda são de três pesos, cinco pesos e 30 pesos.

EXPOSIÇÃO

Uma exposição de fotografias, organizada pela Direcção-Geral da Cultura do Ministério da Informação e Cultura encontra-se patente

no átrio de entrada do Salão do III Congresso.

Durante o intervalo da sessão inaugural do primeiro Congresso Extraordinário do P. A.I.G.C., o camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do Conselho da Revolução, acompanhado por alguns dirigentes, visitou a exposição.

Podem ver-se fotografias que se referem a vários aspectos da vida do nosso país após a Independência Nacional, actividades do nosso povo na sua árdua tarefa pela Reconstrução Nacional, e as manifestações populares de todas as regiões da Guiné-Bissau após o Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

SEMANA CULTURAL

Está a decorrer em todo o país, mas mais

especialmente na cidade de Bissau, uma semana cultural em saudação ao Congresso Extraordinário do Partido, que compreende sessões de poesia, apresentação de variedades com a exibição de conjuntos nacionais de música ligeira e tradicional, além de exposições de fotografias e artesanato.

Assim, está patente ao público, na casa da Cultura, uma exposição de fotografias de Amílcar Cabral. No salão do cine-Udib haverá música tradicional. Entretanto, no domingo passado à noite, algumas orquestras exibiram-se na Praça dos Heróis Nacionais, perante numeroso público.

Por outro lado, após o final dos trabalhos do Congresso, haverá igualmente um sarau cultural.

Sahara EUA intervêm no conflito

A República Árabe Saharaui Democrática (RASD) e a Frente Polisário, movimento que dirige a luta contra a presença marroquina no Sahara Ocidental, condenaram vigorosamente «a presença efectiva de militares norte-americanos no conflito do Sahara Ocidental».

Numa declaração à imprensa, Ould Saleck, ministro da Informação da RASD, afirmou que a visita «no território ocupado da RASD de peritos militares norte-americanos constitui um acontecimento que se reveste de um carácter de extrema gravidade».

Com efeito, esta delegação de 23 membros, entre os quais dois generais, deslocou-se na semana passada aos territórios saharauis ocupados pelo Marrocos, onde estudou com os chefes do exército marroquino as necessidades militares de Rabat, após a pesada derrota sofrida em Outubro pelas tropas do rei Hassan II na região de Guelta Zemour.

«A presença militar de uma potência estrangeira tal como os Estados Unidos da América ao lado das forças de agressão marroquinas é cheia de consequências para a segurança em África e no Mundo», sublinhou Ould Saleck, acrescentando ainda que «a internacionalização do conflito saharauí (uma questão de descolonização) é contrária às decisões de todas as organizações internacionais».

Tchad à espera da força interafricana de paz

O perigo de uma nova guerra civil no Tchad, após a retirada das tropas líbias que conseguiram instaurar um clima de paz no país, levou a OUA a acelerar os preparativos de constituição da força militar panafricana neutra, que tomará o lugar dos líbios.

Cinco Estados já prometeram enviar um contingente para a formação desta força interafricana: Gabão, Zaire, Benin, Nigéria e Senegal. Os chefes de Estado destes países deverão reunir-se sob a presidência de Daniel Arap Moi, presidente em exercício da OUA, para decidir nomeadamente quem chefiará esta força de paz, assim como as questões ligadas aos armamentos.

Gebre-Egziabher Dawit, representante especial do secretário-geral da OUA para o Tchad, declarou no sábado que a força interafricana estaria em N'Djamena, capital do Tchad, em menos de duas semanas.

Lagos e Nairobi têm sido nos últimos dias centros das actividades tendentes a criação da força interafricana, registando a estadia de diversas personalidades interessadas na questão. O presidente Arap Moi é esperado em Lagos. Esta visita poderá

ter por objectivo começar o envio do contingente interafricano a partir da Nigéria, país vizinho do Tchad.

AGRESSÃO SUL-AFRICANA

As potências ocidentais devem impedir as agressões sul-africanas contra Angola, se estão sinceramente interessados na busca de uma solução pacífica para os problemas da África Austral — escreveu ontem o jornal governamental tanzaniano «Daily News».

«Estas potências ocidentais não podem calar-se sobre a guerra em Angola», acrescentou o «Daily News». «Toda a resolução pacífica da crise da África Austral passa pelo fim das agressões sul-africanas contra os países vizinhos», afirmou ainda o jornal.

O ministério angolano da Defesa informou que um avião da força aérea de Angola foi abatido na quinta-feira passada por uma esquadrilha sul-africana, cujos aviões continuam a bombardear posições angolanas perto de Cahama, na província do Cunene.

Palestina ocupada: Encerrada a universidade de Bir-Zeit

As autoridades militares sionistas ordenaram, na quarta-feira passada, o encerramento por tempo indeterminado da universidade de Bir Zeit, na margem ocidental do rio Jordão (Palestina ocupada) na sequência de manifestações de estudantes palestinos.

Soldados israelitas dispararam granadas de gás lacrimogéneo contra os estudantes, quando estes se manifestavam nas proximidades do estabelecimento.

Incidentes semelhantes ocorreram em duas outras universidades (Frere, em Belém, e Dura, perto de Hebron), em Jericó e no campo de refugiados de Kalandia. Em Tel-Aviv, um comunicado do Ministério da Defesa anunciou o fecho da

universidade de Bir Zeit foi ordenado pelo general Danny Matt, coordenador do governo militar nos territórios ocupados, depois de repetidos avisos terem sido feitos ao presidente do estabelecimento, Gabi Baranke, para que pusesse termo aos protestos estudantis.

A universidade de Bir Zeit é, de há muito, um centro de oposição estudantil ao Governo Militar israelita, e esteve fechada dez dias em Novembro de 1980 por ordem das autoridades que assim puniram a realização de um Festival de Folclore e Cultura palestina.

Nos últimos dias, todos os territórios palestinos ocupados têm sido palco de vigorosas manifestações de protesto contra a tentativa sionista de impôr

eternamente a sua autoridade.

RELAÇÕES URSS — ARÁBIA SAUDITA

O jornal da esquerda libanesa «As Safir» afirmou na última sexta-feira que o líder da OLP, Yasser Arafat, propôs que a Arábia Saudita e a União Soviética estabeleçam relações. O jornal indicou que Arafat fez esta proposta durante a última visita que efectuou a Riad, onde falou da mesma possibilidade que o mês passado em Moscovo.

A imprensa árabe deu especial atenção à declaração feita pelo chefe da diplomacia saudita, Faïçal, de que a União Soviética deveria participar nos esforços internacionais para a resolução da crise no Médio-Oriente. Faïçal declarou em Riad que o Conselho de Segurança da ONU, seria, com a participação soviética, um lugar apropriado para uma iniciativa de paz.

Cuba ameaçada

O jornal «Pravda», órgão do Partido Comunista Soviética, advertiu ontem o governo norte-americano a propósito de uma eventual «acção agressiva» contra Cuba.

Esta advertência surge na sequência das ameaças proferidas há duas semanas pelo Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, de que o seu país ia tomar «medidas» contra Cuba, sem precisar quais seriam as medidas, nem a sua importância.

Como era de esperar, Cuba reagiu imediatamente a estas declarações, através da sua imprensa e das organizações de massa, que têm manifestado ultimamente a sua disposição de defender a revolução.

BRUXELAS — Cento e vinte pessoas foram mortas pelo exército zaireense no passado dia 12 de Outubro na província do Kasai Oriental (centro do país), afirmou na capital belga o Conselho para a Libertação do Congo-Kinshasa (CLC-oposição). Este movimento esclareceu que o massacre teve lugar na localidade de Omumbu. O CLC afirmou que foram enviados reforços militares para o Kasai.

HUNGRIA NO FMI

BUDAPESTE — A Hungria pediu adesão ao Banco Mundial e às respectivas agências de financiamento, entre as quais o FMI. A agência noticiosa húngara, a M.T.I. indicou que «o reatamento de relações entre as suas agências financeiras e a Hungria se justifica pela activa participação da Hungria em transacções internacionais de crédito e financeiras». A Hungria é o segundo país do Comecon a aderir ao Banco Mundial, depois da Roménia.

DESEMPREGO

WASHINGTON — O número de pessoas sem emprego nos Estados Unidos da América atingiu 8,5 milhões segundo revelou o Ministério norte-americano do Trabalho. Como sempre o nível mais elevado dos desempregados registou-se entre a população negra: 16,7 por cento. A situação dos jovens é particularmente desastrosa: 46,3 por cento dos jovens negros dos 16 aos 19 anos não conseguem encontrar trabalho.

VOO ESPACIAL

MOSCOVO — A União Soviética lançou o satélite não-tripulado «Vénus 14», que deverá encontrar-se perto de Vénus com uma nave semelhante lançada há duas semanas.

Polónia: O poder tricéfalo

O processo de renovação socialista na Polónia deu mais um passo decisivo, após o encontro entre os responsáveis máximos do partido no poder, da central sindical «Solidariedade» e da Igreja, onde se examinou a possibilidade da criação de uma «Frente de Entendimento Nacional».

Para alguns observadores esta frente seria a via eficaz para

tirar a Polónia da crise e estabilizar a sociedade polaca.

O comunicado final da reunião, realizada no passado dia 4 de Novembro, em que participaram o general Jaruzelski, primeiro secretário do Partido Comunista polaco, Lech Walesa, presidente do «Solidariedade» e o monsenhor Jozef Glem, Primaz da Polónia, indicou que a frente constituirá uma «plataforma permanente de diálogo e

de consulta com todas as forças políticas e sociais, na base dos princípios da constituição polaca».

Segundo o comunicado, os participantes na reunião consideraram-na «útil», mas que tinha um carácter preparatório para as consultas posteriores. O encontro permitiu uma troca de opiniões sobre a «crise» polaca e sobre os meios de a vencer.

Este encontro cimeiro de-

monstrou por outro lado que o Partido Operário Unificado Polaco (POUP), embora sendo a primeira força do país, terá contudo que contar actualmente com a Igreja e a central sindical «Solidariedade».

O próprio general Jaruzelski reconheceu implicitamente este facto, quando confessou que o POUP era incapaz de resolver sozinho a crise.

Organizações de massas sentem-se revigoradas

Mensagens em saudação ao 1.º Congresso Extraordinário foram várias e de diversas procedências, tanto do estrangeiro como das regiões do país, conforme referimos noutro local. Porém, entre elas, quatro merecem maior destaque pela posição que as organizações subscritoras ocupam no contexto político-social do país. Referimo-nos às principais organizações de massas, com funções políticas, sociais e culturais de autênticos auxiliares ao Partido: Forças Armadas, Juventude, União Sindical e Comissão das Mulheres.

Em nome das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, o Primeiro-Comandante Pedro Ramos, chefe do Departamento de Formação de Pessoal e Quadros do Estado-Maior General, reafirmou fidelidade indefectível aos princípios do PAIGC e determinação de defesa intransigente da soberania nacional.

Segundo a mensagem das FARP, o 14 de Novembro não foi um «golpe militar». Simplesmente, os militantes armados, conscientes da crise que o Partido e o país atravessavam, decidiram apoiar o Movimento Reajustador, utilizando a única via que restava para pôr termo aos erros e desvios ideológicos do Partido, entroncados no comportamento indigno de militantes por parte de um grupo restrito de dirigentes. «É esse o verdadeiro sentido da acção das FARP nesse movimento» — sublinhou o camarada Pedro Ramos.

O porta-voz das Forças Armadas fez notar que as FARP nunca consentiriam quaisquer acções anti-partidárias, porque «FARP é Partido». No entanto, os er-

ros que conduziram ao 14 de Novembro, reconheceu Pedro Ramos, não podiam deixar de reflectir-se no seio dessa organização militar, onde alguns oficiais utilizaram as FARP para servir os seus interesses, e «servindo-se da sua autoridade, repri-



miram toda e qualquer contestação às arbitrariedades cometidas, tentando assim minar o moral dos nossos combatentes. Um exemplo flagrante disso, foi a atribuição de patentes, que, muitas vezes, não teve em conta o mérito real do graduado, mas as conveniências do momento, o amiguismo etc».

Para a JAAC, através

do seu 1.º Secretário Nacional, camarada Adelinho Nunes Correia, «a hora é de coesão, coerência e de firmeza revolucionária», pois o sector de sociedade a que se refere mais directamente a sua mensagem admite que «a resolução dos problemas da Nação Guineense é antes de mais uma questão de reafirmação do papel dirigente do Partido, do aprofundamento da sua natureza revolucionária e de fidelidade sem limite aos seus fundamentos ideológicos», conforme se sublinha na sua intervenção. Sobre o aspecto de

coerência histórica com as características da formação da Nação Guineense.

Quanto à UNTG, o impacto da viragem política não podia deixar de nela se reflectir. «A crise do Partido — sublinhou o camarada José Pereira, Secretário-Geral da organização Sindical — a crise económica-social e o progressivo afastamento das massas do PAIGC, tiveram também, como consequência, o afastamento dos trabalhadores da UNTG e a consequente perda de capacidade mobilizadora da nossa organização».

Finalmente, coube a vez das mulheres do P. A.I.G.C., na pessoa da sua Secretária Nacional, Francisca Pereira. Para ela, o Movimento Reajustador «restituiu ao homem guineense a sua personalidade e dignidade e criou condições para o regresso de todos os filhos desta terra...» Tal como noutros sectores da nossa vida, na Comissão das Mulheres, chegou-se também, ao tempo em que se punha a questão: **Que fazer?** «A resposta deu-a o 14 de Novembro, que salvou o Partido da asfixia em que se encontrava» — exprimiu a Secretária Nacional da CNM para concluir: «As mulheres do PAIGC, fiéis à sua tradição de luta, estão firmemente engajadas, como no passado, para a materialização das importantes decisões que emanarão deste Congresso...»

● Nô Pintcha e o Congresso

O «Nô Pintcha» sai quatro vezes durante esta semana, em saudação ao I Congresso Extraordinário do PAIGC.

Além da edição de domingo (10 mil exemplares, e não os 5 mil habituais, que registou larga procura, tendo-se esgotado rapidamente), estamos hoje novamente na rua, e voltaremos na quinta-feira e no sábado.

Obviamente, é a consciência profissional que nos move — entendemos facilmente como se torna importante levar o debate travado no Congresso ao maior número possível de pessoas.

Mas, neste esforço — que o é, devido aos meios e condições de que dispomos — está implícita, também, a nossa intenção de saudar, de uma forma modesta, quão modestos são os nossos recursos, tanto materiais como humanos, o momento histórico vivido pelos militantes em particular e todo o povo em geral, que é o I Congresso Extraordinário na história do Partido de Cabral.

Trisemanário nacional, o «NÔ PINTCHA» tem vindo a sair bissemanalmente, às quartas e sábados, por razões de ordem técnica e carências de material inerentes à Imprensa Nacional, que deste modo se vê impossibilitada de garantir a sua regular publicação. As mesmas dificuldades e limitações impedem-nos, agora, de sair à rua em edições diárias, a exemplo do que aconteceu quando da realização do III Congresso do PAIGC, em Novembro de 1977, em que, aliando os esforços e a abnegação dos nossos quadros, dos trabalhadores da Imprensa Nacional e de colaboradores eventuais, pudemos acompanhar o desenvolvimento diário do importante acontecimento.

Hoje, e não obstante as carências apontadas, os trabalhadores do «NÔ PINTCHA», conscientes da importância do momento transcendente que o nosso povo vive e em que se discute o futuro da principal herança legada por Amílcar Cabral, não quiseram deixar de dar o seu contributo para a materialização dos objectivos do I Congresso Extraordinário. Assim, fiéis ao compromisso de servir o público leitor e que tomamos como causa sagrada, tentaremos garantir o relato fiel do desenrolar dos trabalhos do Congresso, de forma a permitir às populações em todo o território nacional, e sobretudo os militantes que não puderam estar presentes aos trabalhos, acompanhar de perto o importante evento.

Dentre os assuntos que o «NÔ PINTCHA» irá abordar ao longo da semana, destacam-se não só aspectos relacionados com as sessões do Congresso, como também artigos de análise e actividades partidárias, entrevistas com os delegados, tendo como pano de fundo o texto do relatório do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC apresentado pelo seu presidente, camarada João Bernardo Vieira e cuja primeira parte foi publicada na edição de domingo. O referido relatório constitui um rico documento de análise da vida partidária nos seus vinte e cinco anos de existência, e da situação sócio-económica do país, com especial destaque aos acontecimentos decorrentes do Movimento Reajustador do 14 de Novembro ocorrido em Bissau.

Ordem de trabalhos

Quatro pontos essenciais constituem a ordem de trabalhos do I Congresso Extraordinário do PAIGC: Apresentação do Relatório do Conselho Nacional da Guiné do Partido pelo seu Presidente, camarada João Bernardo Vieira (Nino), sua discussão e aprovação; discussão sobre revisão dos Estatutos e Programa do Partido; eleição dos Órgãos da Direcção do Partido; adopção da Declaração e Resoluções Finais.

Última hora

Prosseguem hoje os debates do Relatório apresentado ao Congresso pelo camarada Presidente do C.N.G. do PAIGC, Nino Vieira, que se haviam iniciado na sessão de ontem à tarde.

Os debates, segundo a ordem de trabalhos, deviam terminar hoje à tarde, mas devido ao grande número de delegados inscritos (cerca de 90), pelos, o interesse que estão a ser colocados, o que comprova, afilios problemas pontuais que estão a têm na vida do nosso Partido, possivelmente terão que se prolongar.

Este importante Relatório é, sem dúvida, um documento de estudo e reflexão por parte de todos os militantes do PAIGC, visto que aborda o passado e o presente do Partido, e aponta as linhas de orientação fundamentais para a sua acção no futuro.

O relatório, dividido em capítulos analisa igualmente os antecedentes do Congresso Extraordinário, traça a história do percurso desde a fundação do PAIGC ao 14 de Novembro, e refere-se aos temas tratados nas teses, às organizações de massas, aos Combatentes da Liberdade da Pátria e a política externa.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÔ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.